



**DECRETO Nº 059/2025.**

**“DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA CONTENÇÃO E REDUÇÃO DE GASTOS, LIMITAÇÃO DE EMPENHOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA LIGADAS AO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**RONALDO GAZETA**, Prefeito do Município de Echaporã, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

**CONSIDERANDO** a diminuição dos repasses de recursos obrigatórios oriundos dos Governos Federal e Estadual, o que gera instabilidade na economia Nacional, que tem levado inquestionavelmente o Município de Echaporã a adotar medidas de reestruturação de sua capacidade de investimento e manutenção nos serviços públicos;

**CONSIDERANDO** que a Administração Municipal vem sofrendo com o aumento dos preços dos produtos e serviços, o que tem contribuído para reduzir a sua capacidade de investimentos e da própria manutenção dos serviços públicos. Aliás, todos os Entes da Federação estão encontrando dificuldades para realizar investimentos e para realizar a manutenção dos serviços públicos;

**CONSIDERANDO** que a adoção de medidas de contenção deverá ser de caráter obrigatório, atingindo todas as Diretoria e Secretarias Municipais, de forma a manter até o final do exercício de 2025 o equilíbrio econômico entre receitas e despesas, de acordo com as normas preconizadas na Lei Federal nº 4.320/64 e suas posteriores alterações, Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00 e demais Legislações aplicáveis a espécie;



**CONSIDERANDO** ainda, que o Município de Echaporã, na qualidade de cumpridor de suas obrigações com os funcionários públicos, fornecedores e principalmente com a sociedade administrada, adotará medidas para que fiquem equilibradas as receitas e as despesas públicas.

**DECRETA:**

**Art. 1º** APROVAR as medidas de contenção de despesas até o dia 31 de dezembro de 2025, visando implementar política de racionamento de despesas dada à instabilidade econômica que atravessa o País, mormente com o aumento dos preços dos produtos e serviços atingindo sobremaneira os municípios brasileiros, que se encontram na obrigação de reprogramar e reajustar a sua peça orçamentária de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64 e 8.666/93, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e nas Instruções do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

**Art. 2º** Entende-se como medida de contenção e redução de gastos toda aquela que visa diminuir as despesas para execução e manutenção dos serviços públicos.

**Art. 3º** Fica assegurada à comunidade a prestação de todos os serviços tido como essenciais, garantindo, assim o mínimo necessário a fim de evitar prejuízos de qualquer espécie (serviços de saúde, educação, coleta de lixo, limpeza de vias públicas, combates de surtos epidemiológicos, proliferação de doenças, contaminação, etc.).

**Art. 4º** A redução de despesas estender-se-á também para todas as Diretorias e Secretarias Municipais e dependências relativamente aos consumos de energia elétrica, água e combustíveis, submetendo-se somente para os serviços julgados essenciais.



**Art. 5º** Em situações devidamente justificadas e consideradas de imperiosa necessidade, o Diretor e/ou Secretario da Pasta poderá autorizar a realização de horas extraordinárias, que deverão ser compensadas com folgas, nos termos legais.

**§1º** - A compensação de que trata o *caput* deverá ser previamente autorizada pelo Secretario da Pasta, para que não haja prejuízo nos serviços da Administração Pública.

**§2º** - Fica proibido o pagamento em pecúnia das horas extraordinárias e licenças-prêmio aos servidores públicos municipais até 31 de dezembro de 2025.

**Art. 6º** O descumprimento de quaisquer regras caracterizadas neste Decreto sujeitará o seu infrator às penalidades previstas na Lei Orgânica do Município, nas normas fixadas no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e nas demais legislações aplicáveis à espécie.

**Art. 7º** Os casos omissos e que mereçam melhor atendimento serão devidamente pontuados em face da edição deste Decreto, e obrigatoriamente resolvidos por ato expresso do Senhor Prefeito Municipal em respeitável despacho devidamente fundamentado.

**Art. 8º** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Echaporã/SP, em 04 de dezembro de 2025.

  
**RONALDO GAZETA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e publicado na Prefeitura Municipal na data  
supra.

  
**IARA MARQUES QUIRINO**  
**Agente de Secretaria Geral**